

DIREITO

V.9 • N.3 • 2024 - Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-381X

ISSN Impresso: 2316-3321

DOI: 10.17564/2316-381X.2024v9n3p140-153



ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM ENFOQUE DE GÊNERO

LOCAL PRODUCTION ARRANGEMENTS: IMPACT OF PUBLIC
POLICIES ON ECONOMIC DEVELOPMENT WITH A GENDER FOCUS

ORGANIZACIONES PRODUCTIVAS LOCALES: IMPACTO DE
LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN EL DESARROLLO ECONÓMICO
CON ENFOQUE DE GÉNERO

Mariela Ribeiro Nunes Cardoso¹

Maria Macena de Oliveira²

Marisa Rossignoli³

RESUMO

O presente artigo investiga a interconexão entre políticas públicas, desenvolvimento econômico local e arranjos produtivos locais (APLs), com um foco específico no gênero e no papel das mulheres. Utilizando o Advocacy Coalition Framework (ACF) como estrutura teórica, são exploradas as influências das políticas públicas na formação e evolução dos APLs, examinando o impacto crucial do setor público, privado e a participação das mulheres. Destaca-se a contribuição vital dos APLs para estimular a atividade econômica e promover a inclusão social. Utilizando-se do método dedutivo, o estudo revela como o setor público desempenha um papel essencial ao criar um ambiente favorável para o surgimento e fortalecimento desses arranjos, enquanto o setor privado oferece dinamismo e recursos necessários. Conclui-se sugerindo a incorporação dessas descobertas na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico local, ainda que desafios persistam para o futuro.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas; Desenvolvimento Econômico Local; Arranjos Produtivos Locais (APL); Gênero; Participação das Mulheres.

ABSTRACT

This article investigates the interconnection between public policies, local economic development and local productive arrangements (APLs), with a specific focus on gender and the role of women. Using the Advocacy Coalition Framework (ACF) as a theoretical framework, the influences of public policies on the formation and evolution of APLs are explored, examining the crucial impact of the public and private sectors and women's participation. The vital contribution of APLs to stimulating economic activity and promoting social inclusion stands out. Using the deductive method, the study reveals how the public sector plays an essential role in creating a favorable environment for the emergence and strengthening of these arrangements, while the private sector offers dynamism and necessary resources. It concludes by suggesting the incorporation of these findings in the formulation and implementation of public policies aimed at local economic development, even if challenges persist for the future.

KEYWORDS

Public Policies; Local Economic Development; Local Productive Arrangements (APL); Gender; Women Participation.

RESUMEN

Este artículo investiga la interconexión entre las políticas públicas, el desarrollo económico local y los acuerdos productivos locales (APL), con un enfoque específico en el género y el papel de las mujeres. Utilizando el Advocacy Coalition Framework (ACF) como marco teórico, se exploran las influencias de las políticas públicas en la formación y evolución de las APL, examinando el impacto crucial de los sectores público y privado y la participación de las mujeres. Destaca la vital contribución de las APL para estimular la actividad económica y promover la inclusión social. Utilizando el método deductivo, el estudio revela cómo el sector público juega un papel esencial en la creación de un entorno favorable para el surgimiento y fortalecimiento de estos acuerdos, mientras que el sector privado ofrece dinamismo y recursos necesarios. Concluye sugiriendo la incorporación de estos hallazgos en la formulación e implementación de políticas públicas orientadas al desarrollo económico local, incluso si persisten desafíos para el futuro.

PALABRAS CLAVE

Políticas Públicas; Desarrollo Económico Local; Arreglos Productivos Locales (APL); Género; Participación de las Mujeres.

1 INTRODUÇÃO

No contexto de um mundo cada vez mais interconectado, o desenvolvimento econômico local emerge como um componente essencial para a sustentabilidade e prosperidade das comunidades. Este artigo propõe uma análise aprofundada na interseção entre políticas públicas e Arranjos Produtivos Locais (APL), destacando a importância do papel do setor público e privado nesse processo. A abordagem holística adotada busca compreender não apenas a atuação do setor público, mas também a colaboração com o setor privado, reconhecendo a dinâmica complexa da economia local.

Além disso, o estudo se destaca por incorporar uma perspectiva de gênero, reconhecendo e analisando o papel das mulheres na formação e liderança de APLs. Esta inclusão visa não apenas preencher lacunas na literatura, mas também propor estratégias para promover uma participação mais equitativa e efetiva das mulheres nos processos econômicos locais. A justificativa para essa abordagem reside na necessidade urgente de uma análise abrangente das interações entre políticas públicas, setor privado e gênero, alinhando estratégias de desenvolvimento local com as necessidades específicas de cada comunidade.

A pesquisa tem como objetivo apresentar propostas concretas para aprimorar a eficácia das políticas públicas, com foco na promoção da equidade de gênero. A metodologia adotada busca uma análise holística e aprofundada, contribuindo para o avanço do conhecimento nesse campo crucial para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. A inclusão da perspectiva de gênero visa preencher lacunas na literatura, oferecendo insights sobre os desafios específicos enfrentados pelas mulheres na formação de APL, buscando impulsionar intervenções e políticas mais eficazes em prol da equidade de gênero e do desenvolvimento inclusivo.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: CONCEITOS, DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

O entendimento aprofundado dos conceitos fundamentais de políticas públicas é essencial para analisar o impacto dessas políticas na formação e eficácia dos Arranjos Produtivos Locais (APL) e, por extensão, no desenvolvimento econômico local.

Neste contexto, uma revisão bibliográfica e uma análise teórica são cruciais para estabelecer uma base sólida de compreensão.

O *Advocacy Coalition Framework* (ACF), desenvolvido por Sabatier e Jenkins-Smith, é uma estrutura teórica que se destaca na análise da formulação e implementação de políticas públicas, oferecendo uma visão abrangente sobre como diferentes atores influenciam o processo político. Essa abordagem enfatiza a formação de “coalizões de defesa”, grupos de atores que compartilham crenças fundamentais sobre uma área específica de política. Essas crenças não são meras opiniões, mas convicções profundas que moldam as estratégias e a atuação dessas coalizões.

No cerne do ACF estão os “subsistemas de política”, que representam espaços onde coalizões interagem para influenciar as decisões políticas. Cada subsistema é uma rede complexa de atores com interesses específicos em uma área particular de política. Essa dinâmica permite a competição e colaboração entre coalizões, resultando em momentos de estabilidade e transformação no processo político ao longo do tempo.

Além disso, o ACF destaca a importância da “aprendizagem política”, ressaltando a capacidade adaptativa dos atores políticos (Bardach, 2012). As coalizões podem ajustar suas crenças e estratégias com base em experiências passadas e mudanças nas condições políticas. Essa perspectiva oferece valiosos insights para a análise de políticas públicas relacionadas aos Arranjos Produtivos Locais (APL), fornecendo uma compreensão holística das interações dinâmicas entre atores políticos, grupos de interesse e organizações ao longo do tempo.

O desenvolvimento econômico envolve a introdução de novos produtos e serviços associados a mercados inovadores, a busca por estratégias de redução de custos por meio de transportes e trajetórias tecnológicas inovadoras, e a tentativa de reestruturação (Krugman, 1991). Não apenas a nível de estabelecimentos agrícolas, quando se trata de desenvolvimento rural, mas também em termos regionais e na economia rural como um todo.

O Relatório Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum, é um relatório comissionado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1983, liderada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

O relatório enfatiza a ideia de desenvolvimento sustentável, defendendo a necessidade de equilibrar o progresso econômico, social e ambiental para garantir um futuro viável para as gerações futuras.

Os principais pontos do Relatório estão relacionados à satisfação das necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. Reconhecendo a interdependência entre questões ambientais e socioeconômicas, promovendo a equidade global no acesso aos recursos naturais e na distribuição dos benefícios do desenvolvimento. Adotando abordagens integradas para o desenvolvimento, considerando fatores econômicos, sociais e ambientais de forma equilibrada.

Esses princípios fundamentais visam orientar ações e políticas para garantir um desenvolvimento que seja sustentável e equitativo para as atuais e futuras gerações.

O desenvolvimento rural local é um processo abrangente que visa o crescimento econômico, social e ambiental em comunidades rurais específicas. Essa abordagem destaca a importância de considerar as características locais, promovendo a autossuficiência e a melhoria da qualidade de vida. Empoderando as comunidades como agentes ativos, busca a integração de setores diversos para ma-

ximizar benefícios em escala regional. Além disso, visa à sustentabilidade, incorporando dimensões sociais e ambientais, e integra políticas públicas e privadas para melhorar a qualidade de vida de forma holística e equilibrada.

Entre o início dos anos cinquenta e o final dos anos setenta, prevaleceu uma perspectiva evolutiva linear ao abordar o desenvolvimento, caracterizada pela premissa de que algumas regiões do mundo eram consideradas “atrasadas” em termos econômicos, sociais, culturais e políticos (Costabeber, 2003).

Nos últimos anos, a constante crítica à teoria do desenvolvimento tem impulsionado a busca por novas abordagens.

A regionalização para o desenvolvimento local é uma abordagem estratégica que reconhece as particularidades e potenciais específicos de determinadas regiões, visando promover um crescimento equitativo e sustentável. Essa abordagem considera que as soluções para o desenvolvimento rural não podem ser uniformes, uma vez que as comunidades, recursos naturais e desafios variam de uma região para outra (Campanhola; Rodrigues; Rodrigues, 2005).

Definem-se territórios, segundo a perspectiva de desenvolvimento local, como um espaço geográfico socialmente construído, com base numa trama de relações históricas e interações políticas entre agentes que se reconhecem por uma dada identidade cultural, que configuram capacidades produtivas e econômicas, que caracterizam uma institucionalidade compartilhada (Abramovay; Sabourin, 2002)

A adoção da regionalização visa explorar as características distintas de cada localidade, identificando oportunidades econômicas, culturais e sociais únicas. Essa abordagem implica o desenvolvimento de estratégias adaptadas às necessidades específicas de uma região, considerando fatores como clima, recursos naturais e tradições locais. Frequentemente, envolve a promoção de cadeias produtivas regionais, a diversificação econômica, a valorização de práticas agrícolas sustentáveis e a integração de diferentes setores da economia local. Inclui também iniciativas de capacitação, fortalecimento de organizações comunitárias e parcerias entre governo, setor privado e sociedade civil.

O desenvolvimento territorial estimula a participação de organizações, órgãos governamentais e instituições da sociedade civil por meio de redes sociais, promovendo aprendizado comunitário e institucional. Os condicionantes gerais do processo de reestruturação da economia e sociedade no desenvolvimento rural incluem a abertura de mercados, competitividade, progresso tecnológico, mudanças no papel do poder público e dimensões ambientais. Esses elementos impactam as dinâmicas locais dos processos produtivos e ação dos atores sociais (Shneider, 2004).

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) constituem uma estratégia fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico em âmbito regional, despertando interesse significativo tanto na esfera acadêmica quanto nas políticas públicas. A definição e as características distintivas desses arranjos têm sido objeto de análise por diversos autores proeminentes, contribuindo para compreender seu papel no contexto econômico.

A compreensão dos APL parte da concepção de aglomerações de empresas, instituições e organizações em uma área geográfica específica. Diferentemente das concentrações industriais tradicionais, os APL envolvem uma gama mais ampla de setores e atividades econômicas, sendo marcados por interações intensas entre os agentes locais.

Michael Porter (1999), em sua obra “Vantagem Competitiva das Nações” destaca a relevância da proximidade geográfica para a competitividade, argumentando que a concentração de empresas afins em uma região favorece eficiências produtivas, inovação e aprendizado coletivo - elementos essenciais para a competitividade global.

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) são impulsionadores essenciais do desenvolvimento econômico regional, destacando-se pela especialização e complementaridade entre as empresas. Essa dinâmica resulta em cadeias produtivas mais integradas, facilitando o aprendizado coletivo através do compartilhamento de conhecimento e melhores práticas. A cooperação e formação de redes nos APL, conforme preconizado por autores como Porter, criam ambientes propícios à inovação e à superação conjunta de desafios, enquanto a proximidade física favorece a rápida difusão de conhecimento e tecnologia, fortalecendo a capacidade competitiva das empresas locais em mercados globalizados.

O papel das políticas públicas é central na promoção e sustentabilidade dos APL, já que permeiam por três dimensões: os atores envolvidos, as instituições e as ideias (Howlett; Ramesh; Perl, 2013); envolvendo estratégias como incentivos fiscais, linhas de crédito específicas e investimentos em infraestrutura regional. Tais medidas visam impulsionar a competitividade e inovação, tornando a região mais atrativa para investimentos e negócios.

A eficácia dessas políticas reside na promoção da colaboração entre diversos atores locais, incluindo empresas, instituições de ensino e governo, fortalecendo os APL e criando ambientes propícios à inovação. Além disso, investir em educação, capacitação profissional e pesquisa e desenvolvimento desempenha um papel crucial para consolidar a base de conhecimento local, atrair empresas inovadoras e aumentar a capacidade de adaptação dos APL diante de mudanças econômicas e tecnológicas.

Uma abordagem eficaz também deve incluir perspectivas de inclusão social e sustentabilidade, promovendo equidade de gênero, inclusão de comunidades marginalizadas e práticas ambientalmente sustentáveis para construir APL mais resilientes e socialmente responsáveis no mercado global. A eficácia das políticas públicas na promoção de APL depende, em grande parte, de uma abordagem de monitoramento e avaliação contínua. A capacidade de adaptar as políticas com base nos resultados observados e nas mudanças no cenário econômico é essencial para garantir que as intervenções governamentais estejam alinhadas com as necessidades e dinâmicas específicas dos APL ao longo do tempo.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: PAPEL DO SETOR PÚBLICO, PRIVADO E DAS MULHERES

O Desenvolvimento Econômico Local (DEL) é um campo vital que visa impulsionar o crescimento sustentável em níveis regionais. O setor público desempenha um papel central ao estabelecer políticas, investir em infraestrutura e criar um ambiente regulatório favorável, usando estratégias como incentivos fiscais e programas de capacitação. O setor privado, por sua vez, contribui com agilidade e inovação, promovendo empregos, diversificação econômica e um ecossistema empresarial dinâmico.

Destaca-se a importância da participação ativa das mulheres, não apenas para promover a igualdade de gênero, mas também para fortalecer o DEL com perspectivas diversas e valiosas.

O envolvimento do setor público desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico local, sendo responsável pela formulação e implementação de políticas que visam estimular o crescimento e a sustentabilidade das comunidades. Tais políticas devem adotar uma abordagem integrada, considerando não apenas as questões econômicas, mas também as dimensões sociais e ambientais para oferecer soluções holísticas às demandas complexas das comunidades rurais.

Políticas públicas que promovem pesquisa e inovação desempenham um papel vital no desenvolvimento econômico local, incentivando a colaboração entre empresas, instituições de pesquisa e governo. O investimento em educação e treinamento é outra responsabilidade crucial do setor público para preparar a força de trabalho local, enquanto políticas que visam a inclusão social e a redução das disparidades econômicas locais contribuem para um desenvolvimento sustentável e equitativo (Costa; Ferezin, 2021). Ademais, a criação de um ambiente regulatório favorável, com incentivos fiscais, simplificação burocrática e regulações claras, é fundamental para atrair e manter empresas em uma região, promovendo a competitividade e produtividade.

O envolvimento ativo do setor privado desempenha um papel essencial na formação e consolidação dos Arranjos Produtivos Locais (APL), impulsionando sinergias para o crescimento econômico sustentável. Por meio de parcerias estratégicas, investimentos em capacitação profissional e aportes financeiros, as empresas contribuem significativamente para fortalecer os APL. A introdução de inovações e tecnologias avançadas pelo setor privado catalisa mudanças na dinâmica produtiva local, melhorando a competitividade das empresas e elevando o desenvolvimento econômico da região.

Empresas engajadas em responsabilidade social desempenham um papel crucial ao promover o desenvolvimento sustentável das comunidades dentro dos APL. A abordagem Ambiental, Social e Governança (ESG) torna-se fundamental, refletindo o compromisso das empresas com a sustentabilidade e a responsabilidade social, para além de suas obrigações legais e econômicas (Irigaray; Stocker, 2022). A colaboração entre empresas, governos locais e instituições de pesquisa nos APL proporciona ganhos de eficiência, inovação e competitividade, enquanto estabelece as bases para a implementação eficaz dos princípios ESG.

No aspecto ambiental, os APL desempenham um papel crucial na promoção da sustentabilidade, reduzindo emissões de carbono e preservando ecossistemas locais. Socialmente, os APL têm potencial para impulsionar a inclusão, gerar empregos locais e promover práticas de trabalho justas. A forma como as empresas do setor privado se envolvem nos APL reflete a governança corporativa, influenciando a transparência, ética e responsabilidade.

Entretanto, a eficácia dessa integração depende do comprometimento de todos os atores envolvidos. A educação e a conscientização para os princípios ESG devem ser promovidas ativamente nos APL, incentivando a adoção de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis. Assim, as empresas podem fortalecer sua posição como agentes de mudança positiva, alinhando seus objetivos econômicos com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade social.

A interseção entre gênero e desenvolvimento econômico tem se revelado como uma área crucial de investigação, destacando a importância de considerar o papel das mulheres na busca por um crescimento

econômico sustentável e equitativo. Este tópico transcende o escopo meramente econômico, permeando questões sociais, culturais e políticas que moldam o ambiente em que as mulheres participam ativamente.

Em vários estudos, como o de Sen (2001), a ênfase recai sobre a necessidade de reconhecer as disparidades de gênero como obstáculos significativos para o desenvolvimento.

A participação efetiva das mulheres na economia não apenas potencializa a força de trabalho, mas também desempenha um papel fundamental na transformação social. Nesse contexto, Amartya Sen introduziu o conceito de “capacitação feminina” como um indicador vital para avaliar o desenvolvimento. Ele argumenta que a autonomia e a liberdade das mulheres são inextricavelmente ligadas ao progresso econômico.

O acesso igualitário a oportunidades educacionais é identificado por diversas pesquisas como uma alavanca primordial para o empoderamento econômico das mulheres. Investir em educação não apenas aumenta a produtividade individual, mas também cria um ciclo positivo, impactando positivamente nas futuras gerações. A capacitação educacional das mulheres não apenas expande seu papel no mercado de trabalho, mas também influencia a dinâmica familiar e comunitária.

Outro aspecto crucial é a importância do acesso das mulheres aos recursos produtivos, como terra e capital. A posse de ativos é fundamental para garantir que as mulheres não só participem da economia formal, mas também influenciem as decisões econômicas e sociais em seus contextos locais. Além disso, a promoção de oportunidades em setores diversos e não tradicionais é vital para quebrar estereótipos de gênero e ampliar as escolhas disponíveis para as mulheres (Duflo, 2012).

O papel das mulheres no desenvolvimento, principalmente sustentável, é reconhecido como um fator chave para o sucesso de iniciativas inovadoras para a equidade, inclusão e para a preservação ambiental.

As mulheres desempenham papéis diversos, desde agricultoras e gestoras de recursos naturais até líderes comunitários e empreendedoras. Sua participação ativa contribui não apenas para a melhoria das condições de vida, mas também para a promoção de práticas sustentáveis, a preservação da biodiversidade e a construção de comunidades resilientes. O empoderamento das mulheres, portanto, não é apenas uma questão de justiça social, mas uma estratégia fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável em nível global.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), as mulheres rurais são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo. Elas também exercem um importante papel na preservação da biodiversidade e garantem a soberania e a segurança alimentar ao se dedicarem a produzir alimentos saudáveis (Bojanic, 2017).

A interseção desses elementos cria um quadro abrangente que permite explorar as relações complexas entre as comunidades rurais, os recursos disponíveis e os agentes envolvidos, delineando assim estratégias mais eficazes para promover um desenvolvimento rural verdadeiramente sustentável e inclusivo.

No entanto, as mulheres rurais enfrentam muitos desafios, incluindo a desigualdade social, política e econômica. Apenas 30% são donas formais de suas terras, 10% conseguem ter acesso a créditos e 5%, a assistência técnica (Bojanic, 2017). Conforme dados da FAO (2017), na América Latina e Caribe, aproximadamente 60 milhões de mulheres desempenham um papel central na produção e fornecimento de alimentos no setor agrícola. Essas mulheres são responsáveis por uma parcela significativa, variando de 60% a 80%, da produção dos alimentos consumidos na região.

No contexto brasileiro, estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelam que cerca de 1 milhão de mulheres gerenciam propriedades agrícolas, representando 20% do total de estabelecimentos rurais, conforme dados do Censo Agropecuário de 2017. Esse número reflete um crescimento notável de 38% em comparação com o Censo de 2006.

O Censo Agropecuário de 2017 trouxe inovações ao registrar a presença das mulheres, tanto como produtoras à frente dos estabelecimentos quanto na condição de codireção junto ao parceiro. A igualdade de gênero é reconhecida como fundamental para o desenvolvimento econômico, e a FAO destaca a necessidade de condições equitativas em tomadas de decisões, exercício de direitos humanos, acesso a recursos, benefícios de desenvolvimento e oportunidades no local de trabalho.

A análise do papel das mulheres no desenvolvimento econômico requer uma abordagem holística, ultrapassando as métricas tradicionais de crescimento econômico. Ela deve considerar fatores sociais, culturais e políticos que moldam a participação feminina na economia. A promoção da igualdade de gênero não é apenas uma questão ética, mas também uma estratégia essencial para alcançar um desenvolvimento econômico duradouro e inclusivo.

4 PROCESSO DE FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS APLS E A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) foram oficializados como uma política pública descentralizada em 2004, visando o desenvolvimento econômico e a promoção da competitividade de micro e pequenas empresas no Brasil. Esses arranjos referem-se a concentrações geográficas de empresas, geralmente de pequeno porte e atuantes no mesmo segmento de mercado, interagindo entre si e com outros participantes por meio de uma estrutura de governança compartilhada.

A concepção dos APL no contexto brasileiro foi inicialmente difundida por pesquisadores como José Eduardo Cassiolato e Helena Lastres, que exploraram “meios inovadores” e “sistemas nacionais e locais de inovação”. Instituições de apoio, como o SEBRAE e o BNDES, também contribuíram com definições próprias, cada uma enfocando temas específicos.

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) se destacam por suas características distintivas, como proximidade geográfica, especialização produtiva e intensa interação entre diversos agentes econômicos, incluindo empresas, instituições de pesquisa e órgãos governamentais. O processo de formação e evolução desses aglomerados está fortemente ligado ao aprendizado contínuo e à inovação, promovendo a troca de conhecimento entre as empresas e impulsionando a competitividade por meio da adaptação a novas tecnologias.

Apesar dos benefícios, os APL enfrentam desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, barreiras regulatórias e a necessidade de coordenação eficaz entre diversos atores. A compreensão desses desafios é crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes na promoção e sustentação dos APL.

O enfoque de gênero em APL refere-se à análise das relações de trabalho, oportunidades de negócios e participação das mulheres nessas iniciativas produtivas. Essa abordagem busca compreender

como as questões de gênero influenciam a dinâmica produtiva, as relações de trabalho e as oportunidades de desenvolvimento dentro desses agrupamentos empresariais. A participação feminina nos APL abrange diversos setores, promovendo a diversificação da economia local. As mulheres desempenham um papel ativo em redes de cooperação, fortalecendo a cadeia produtiva, facilitando o acesso aos mercados e compartilhando conhecimentos.

A inclusão do enfoque de gênero nos estudos e políticas relacionados aos APL é crucial para promover a igualdade de oportunidades e a equidade de gênero no contexto econômico e produtivo. Nos APL rurais, as iniciativas com foco de gênero buscam impulsionar o desenvolvimento econômico e social em regiões rurais, fortalecendo a participação das mulheres nas atividades produtivas, garantindo oportunidades iguais e fomentando a inclusão social. Essas iniciativas envolvem ações como capacitação profissional específica para mulheres, estímulo ao empreendedorismo feminino, acesso a crédito e assistência técnica especializada, contribuindo para a coesão e fortalecimento dos pequenos produtores na busca por crédito e políticas públicas direcionadas (International Land Coalition, 2017).

Esses APL representam aglomerados de empresas e empreendimentos situados na mesma região, colaborando mutuamente na cadeia produtiva. Além disso, conferem uma identidade geográfica aos produtos, tornando-se referências locais, como os ovos de Bastos, os sapatos de Franca e as flores de Holambra.

A coesão fornecida pelo mesmo modelo de gestão mantém laços de articulação, interação, colaboração e aprendizagem, fortalecendo os pequenos produtores na busca por crédito e políticas públicas direcionadas.

Alberto Amorim, dirigente de Assessoria Técnica e Coordenador do Painel de Estudos Aplicados em Arranjos Produtivos Locais Agroindustriais Rurais (PEA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, no artigo 'Arranjos Produtivos Locais potencializam setor regional do agro' defende que a lógica por trás de um Arranjo Produtivo Local é a organização para trocar conhecimentos que viabilizam a produção sustentável, tanto do ponto de vista econômico quanto social, permitindo alcançar um mercado representativo para a união de pessoas.

Conforme o referido artigo do governo estadual, o Ministério da Economia, em 2021, o Brasil contava com 839 APL distribuídos em 40 setores produtivos, abrangendo 2.580 municípios e contribuindo para a geração de mais de 3 milhões de empregos. Em São Paulo, 84 conglomerados foram registrados, incluindo 33 do segmento do agronegócio.

A Secretaria de Agricultura (SAA) desempenhou um papel fundamental no crescimento dos APL, obtendo a aprovação de 12 lotes do setor primário no último edital de reconhecimento. Em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a SAA realizou ações técnicas, desde o mapeamento de setores produtivos até diagnósticos, avaliação e monitoramento das governanças desses arranjos e das cadeias de produtos artesanais.

Um exemplo de destaque é a região de Jaboticabal, que se tornou um polo econômico referencial, especialmente no setor do amendoim. Esse APL engloba cerca de 17 municípios, com mais de 530 empresas e 32 mil empregos gerados. Além do amendoim, Jaboticabal também se destaca na produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool.

Segundo dados e informações do portal do Governo Federal 'Observatório Brasileiro Arranjos Produtivos Locais (APL)', o reconhecimento do APL de Jaboticabal contou com o apoio significativo

da InovaJab (UNESP/FCAV) e da Incubadora Empresarial de Jaboticabal. Essas entidades oferecem suporte tecnológico e gerencial, fortalecendo a região para alcançar uma vantagem competitiva no cenário mundial do agronegócio.

Dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), disponibilizados no Observatório Brasileiro Arranjos Produtivos Locais (APL), apontam que, em abril de 2023, os valores da produção da APL de Jaboticabal, somente de amendoim em casca e de cana-de-açúcar, por exemplo, foram de R\$ 101 milhões e R\$ 578 milhões, respectivamente.

No contexto brasileiro, organizações como a Rede de Mulheres Produtoras do Cerrado e Pantanal (CerraPan) têm desempenhado um papel significativo. A CerraPan, criada em 2015 durante um encontro na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), é uma iniciativa voltada para fortalecer a presença e o papel das mulheres na agricultura familiar, especialmente nas regiões abrangidas pelo bioma do Cerrado no Brasil. Composta por oito grupos de mulheres em Comunidades Tradicionais e Populações Locais do Cerrado e do Pantanal, a rede busca promover práticas sustentáveis, diversificação produtiva e o empoderamento econômico e social das mulheres rurais. Seus objetivos incluem a troca de conhecimentos entre as mulheres produtoras, a promoção de técnicas agroecológicas, a comercialização de produtos locais e o fortalecimento da participação feminina nas decisões comunitárias.

Um exemplo adicional destaca-se em Ibituva, município na região sudeste do Estado do Paraná, conhecido como a Cidade das Malhas. Essa reputação foi construída através da notável produção de malhas de tricô e da realização da Feira de Malhas desde 1983. Inicialmente com 11 malharias participantes, a feira cresceu significativamente, contando com 120 empresas expositoras em 1990.

Este evento não apenas impulsionou a economia local, mas também evidencia a capacidade de comunidades se destacarem em setores específicos, promovendo o desenvolvimento regional. Uma característica é o ingresso das mulheres na produção de malhas de tricô, inicialmente aprendendo a tecer em máquinas manuais com o mínimo de treinamento necessário para dar início ao processo. Essas mulheres contavam com a colaboração de outras que, inspiradas por essa primeira iniciativa, também aprendiam a técnica. Quando alcançavam proficiência na arte de tecer e arrematar malhas, inauguravam suas próprias malharias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo explorou a interseção entre políticas públicas, desenvolvimento econômico local e arranjos produtivos locais (APL), com foco especial no papel do gênero e das mulheres. Utilizando o *Advocacy Coalition Framework* (ACF) como base teórica, a pesquisa investiga como as políticas públicas influenciam a formação e evolução dos APL, considerando o envolvimento dos setores público e privado, bem como o papel das mulheres nesse contexto.

A análise destaca a importância crucial dos APL no desenvolvimento econômico local, ressaltando sua capacidade de impulsionar a atividade econômica e promover a inclusão social. O setor público é reconhecido por criar um ambiente propício ao surgimento e fortalecimento desses ar-

ranjos, enquanto o setor privado contribui com dinamismo e recursos essenciais. Uma contribuição significativa do estudo é a exploração do papel das mulheres nos APL, revelando práticas inclusivas bem-sucedidas e destacando os benefícios econômicos e sociais resultantes do comprometimento real com a igualdade de gênero.

O estudo ressalta a importância de incorporar essas descobertas na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico local. Além disso, reconhece desafios a serem superados e propõe estudos futuros focados em investigar barreiras específicas enfrentadas pelas mulheres nos APL e avaliar a eficácia de políticas públicas na promoção da equidade de gênero. Em última análise, a compreensão aprimorada dessas interações complexas visa contribuir para um futuro mais inclusivo e sustentável para as comunidades locais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais: Conceitos, controvérsias e experiências.** UFPB/CIRAD/EMBRAPA, Brasília, 2002. p. 113-128.

BARDACH, E. A. **Practical guide for policy analysis: the eightfold path to more effective problem solving,** 2012.

BOJANIC, A. **A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro.** ONU - FAO, 2017.

CAMPANHOLA, C.; RODRIGUES, G. S.; RODRIGUES, I. **Gestão territorial e desenvolvimento rural sustentável.** 2004.

COMISSÃO MUNDIAL sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório Brundtland - Nosso Futuro Comum.** 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, Edwaldo; FERREZIN, Nataly Bueno. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. **Revista Alterjor,** v. 24, n. 2, p. 79-95, 2021.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Vela, Hugo (org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul.** Santa Maria: UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

DUFLO, E. **Women's empowerment and economic development.** 2012.

GOVERNO DE SP. **Arranjos produtivos locais potencializam setor regional do agro.** São Paulo.

Disponível em: <https://www.agricultura.sp.gov.br/pt/b/arranjos-produtivos-locais-potencializam-setor-regional-do-agro>. Acesso em: 11 dez. 2023.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política pública** seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INTERNATIONAL Land Colatilion. **Situação da mulher rural no Brasil**. Relatório elaborado por Espaço Feminista. 2017.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; STOCKER, Fabricio. ESG: novo conceito para velhos problemas. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 20, p. 1-4, 2022.

KRUGMAN, P. **Increasing returns and economic geography**, 1991.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p.167-208.

SEN, A. The many faces of gender inequality. **New Republic**. p. 35-39, 2001.

SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

UNIÃO. **Observatório Brasileiro Arranjos Produtivos Locais (APL)**. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl>. Acesso em: 11 dez. 2023

WEIBLE, C. M.; SABATIER, A. S.; SMITH, J.; NOHRSTEDT, D.; HENRY, A. D.; LEON, P. D. A quarter century of the advocacy coalition framework: an introduction to the special issue. **The Policy Studies Journal**, v. 39, n. 3, 2011.

Recebido em: 1 de Março de 2024

Avaliado em: 22 de Abril de 2024

Aceito em: 20 de Maio de 2024



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Graduada em Jornalismo, Universidade de Marília (1997) e em Direito, Univem (2007); Mestranda em Direito pela Universidade de Marília – UNIMAR, bolsista; Atuou como advogada na área de direito de família; professora do Grupo Nova; Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília, entre 2012 e 2016 e militante do movimento de mulheres; Trabalha com comunicação e marketing. E-mail: marielamc@gmail.com

2 Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de Marília – UNIMAR; Bacharel em Relações públicas e Comunicação Social, Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Professora do Curso de Graduação em Direito, Universidade de Marília – UNIMAR. E-mail: mariamacenaadv@gmail.co

3 Doutora em Educação – UNIMEP; Mestre em Economia, PUC São Paulo; Graduada em Economia – UNESP, Campus Araraquara; Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD/UNIMAR; Pós-Doutoranda em Direito, Universidade do Estado do Paraná – UENP, Campus Jacarezinho; Delegada Municipal do Conselho Regional de Economia – CORECON SP; Membro da Comissão estadual do CORECON/SP de Economia do Setor Público. E-mail: mrossinholi@uol.com.br

Copyright (c) 2023 Revista Interfaces Científicas - Direito



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

